

ARQUIVOS COMUNITÁRIOS TERRITÓRIOS PLURAIS

Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula



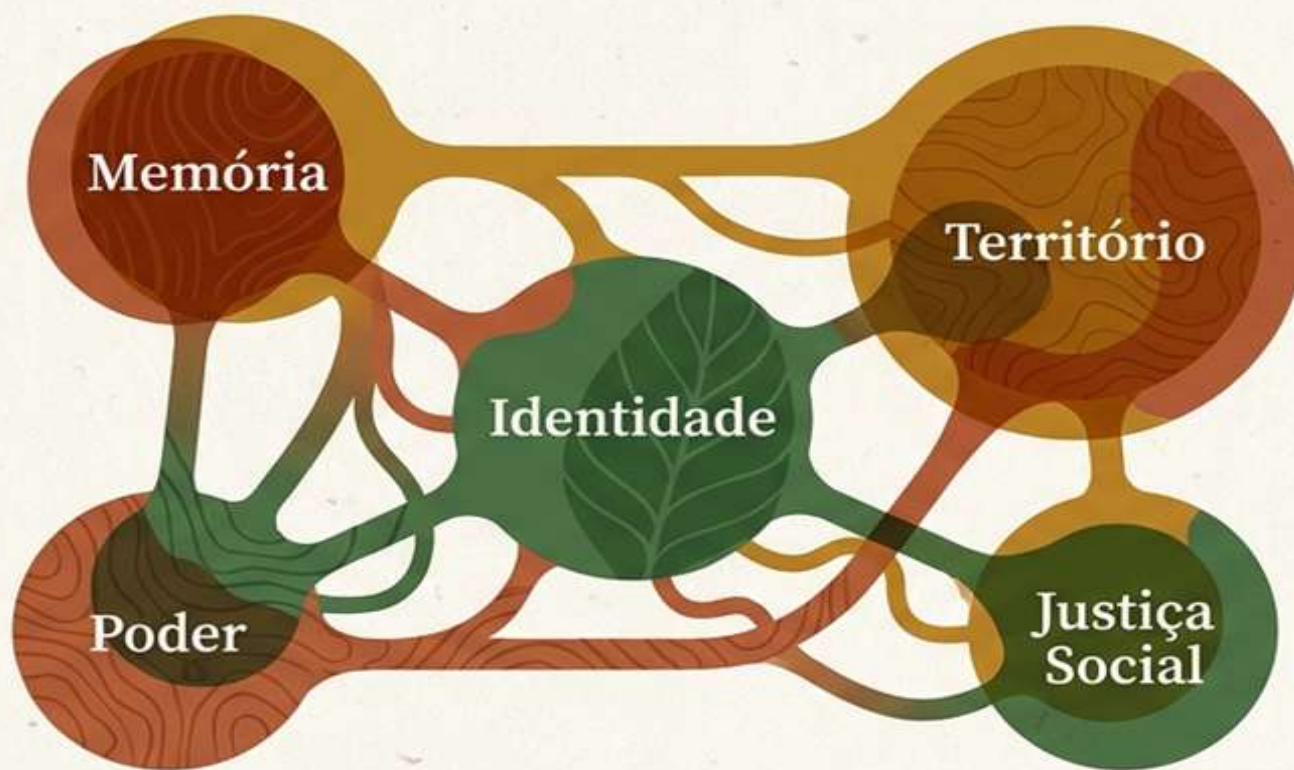
10ª SEMANA
NACIONAL DE
ARQUIVOS

CÂMARA
MUNICIPAL

4 DE AGOSTO DE 2024

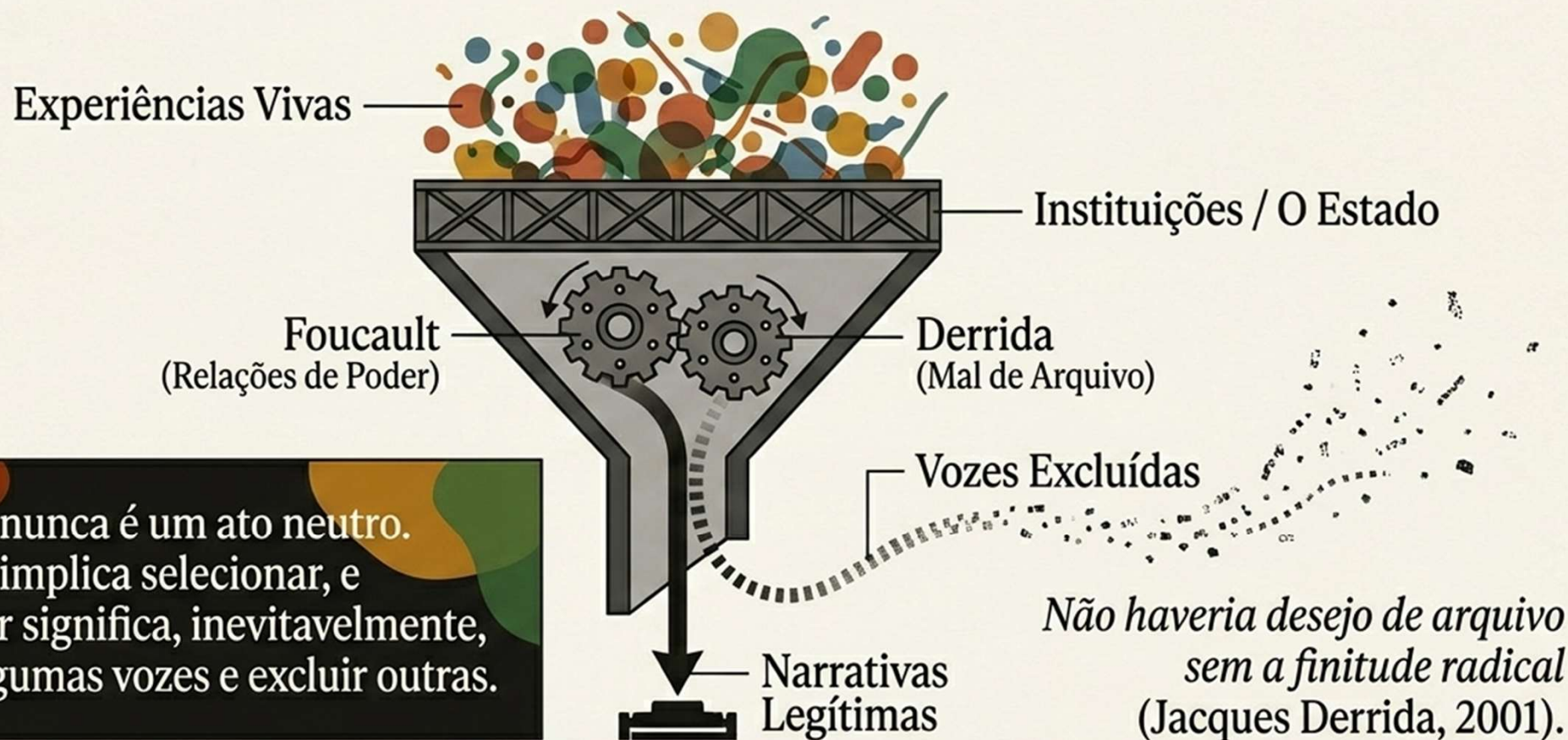
08h

O arquivo não é o ponto de chegada, mas o espaço de encontro



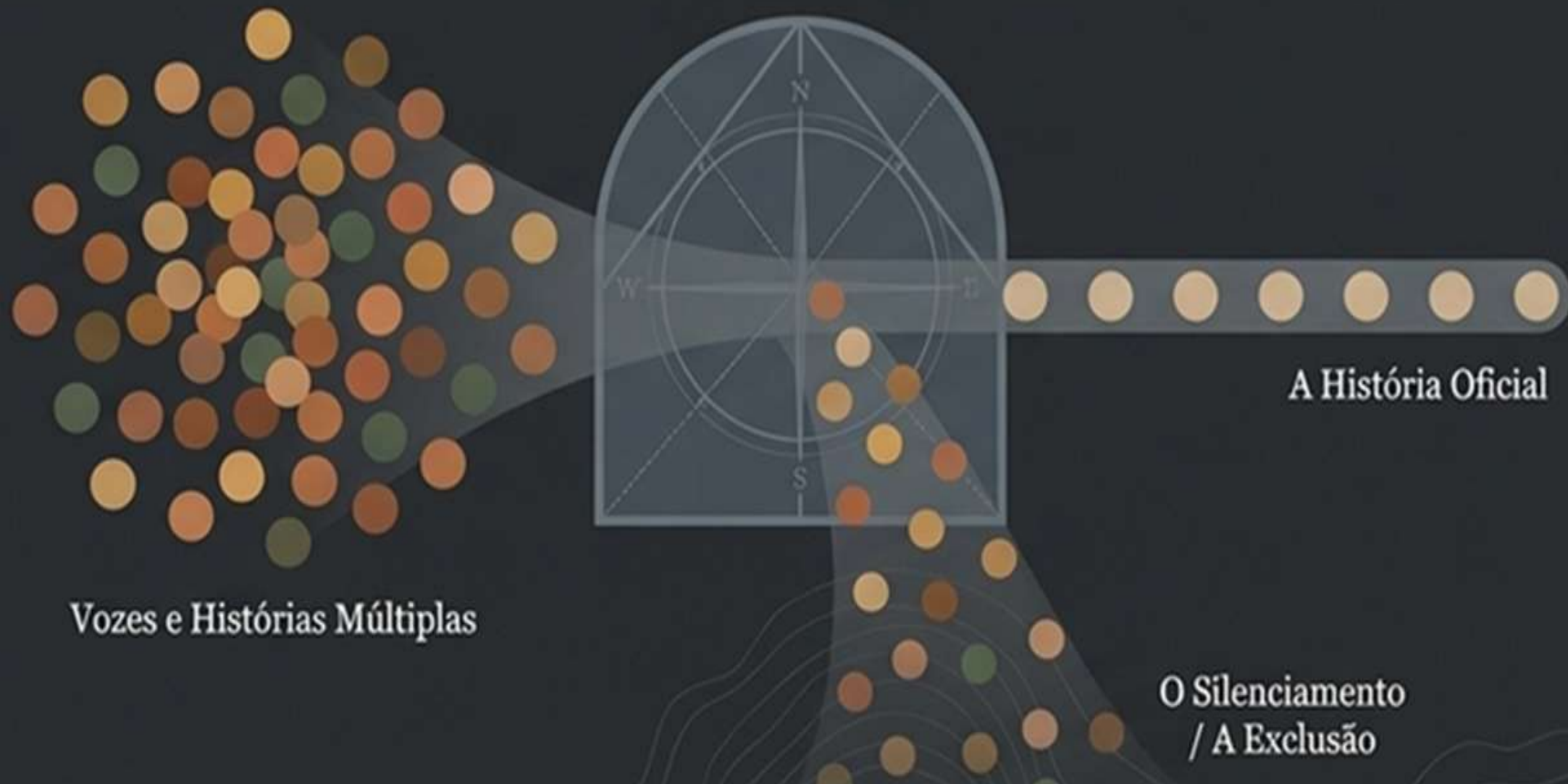
“O arquivo não é o fim, é o ponto de encontro.”

O arquivo tradicional como instrumento de legitimação e exclusão



Arquivar nunca é um ato neutro.
Arquivar implica selecionar, e
selecionar significa, inevitavelmente,
incluir algumas vozes e excluir outras.

Lente Institucional /
Filtro do Estado



Vozes e Histórias Múltiplas

A História Oficial

O Silenciamento
/ A Exclusão



O QUE SÃO ARQUIVOS COMUNITÁRIOS?



Arquivos comunitários são iniciativas construídas pelas próprias comunidades para **registrar, preservar e difundir** suas memórias, histórias e patrimônios culturais, garantindo que suas narrativas sejam reconhecidas e não silenciadas.



CONSTRUÇÃO COLETIVA E AUTÔNOMA

Resultam de ações de registro e preservação realizadas pelas próprias comunidades, que assumem o controle sobre a produção, organização e gestão dos seus documentos.



MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

Instrumentos de combate ao esquecimento e de valorização de memórias que, muitas vezes, não encontram espaço nas instituições oficiais.



CONJUNTOS DOCUMENTAIS

Conjuntos documentais criados, acumulados, descritos e preservados por indivíduos ou grupos que compartilham experiências, identidades e interesses em comum.



OBJETIVO: PROTEGER E FORTALECER

Têm como objetivo registrar e proteger patrimônios culturais, fortalecer identidades coletivas e promover o reconhecimento de diferentes formas de existência e pertencimento social.



Assim, os arquivos comunitários representam espaços de **memória, participação e autonomia**, nos quais as próprias comunidades se tornam protagonistas da construção e preservação de suas histórias.

“

*Os arquivos comunitários são expressões documentais resultantes das atividades de registro e preservação do patrimônio cultural realizadas pelas próprias comunidades, responsáveis pela produção, controle e organização desses documentos enquanto artefatos de memória, constituindo um caminho para **dar voz à comunidade, combater o esquecimento e fazer ecoar narrativas não contempladas pelas instituições oficiais.***

(Flinn, 2007).

”

“

*Arquivos comunitários ► conjuntos documentais criados, acumulados, descritos e preservados por indivíduos ou grupos comunitários com o objetivo de registrar e **proteger seu patrimônio cultural**, a partir de experiências, identidades e interesses compartilhados*

(Gilliland; Flinn, 2013).

”

A Tríade de Validação Institucional

O tema não é um nicho; a sua consolidação ocorre na interseção exata entre o poder estatal, o debate civil e a validação científica.



Arquivos Comunitários: A Voz da Memória Coletiva

Definindo a autonomia na preservação e o seu impacto na justiça social e na memória coletiva nacional.

DEFINIÇÃO E IDENTIDADE



Autonomia na Preservação

São conjuntos documentais criados, controlados e organizados pelas próprias comunidades e grupos.

Base em Identidades Partilhadas

O registo do património cultural fundamenta-se em experiências e interesses comuns do grupo.



Artefactos de Memória

Funcionam como expressões documentais das atividades de registo do património cultural local.



PROPÓSITO E IMPACTO SOCIAL

Justiça Social e Epistémica

Promovem narrativas alternativas e combatem o esquecimento imposto por instituições oficiais.



“Dar voz à comunidade”

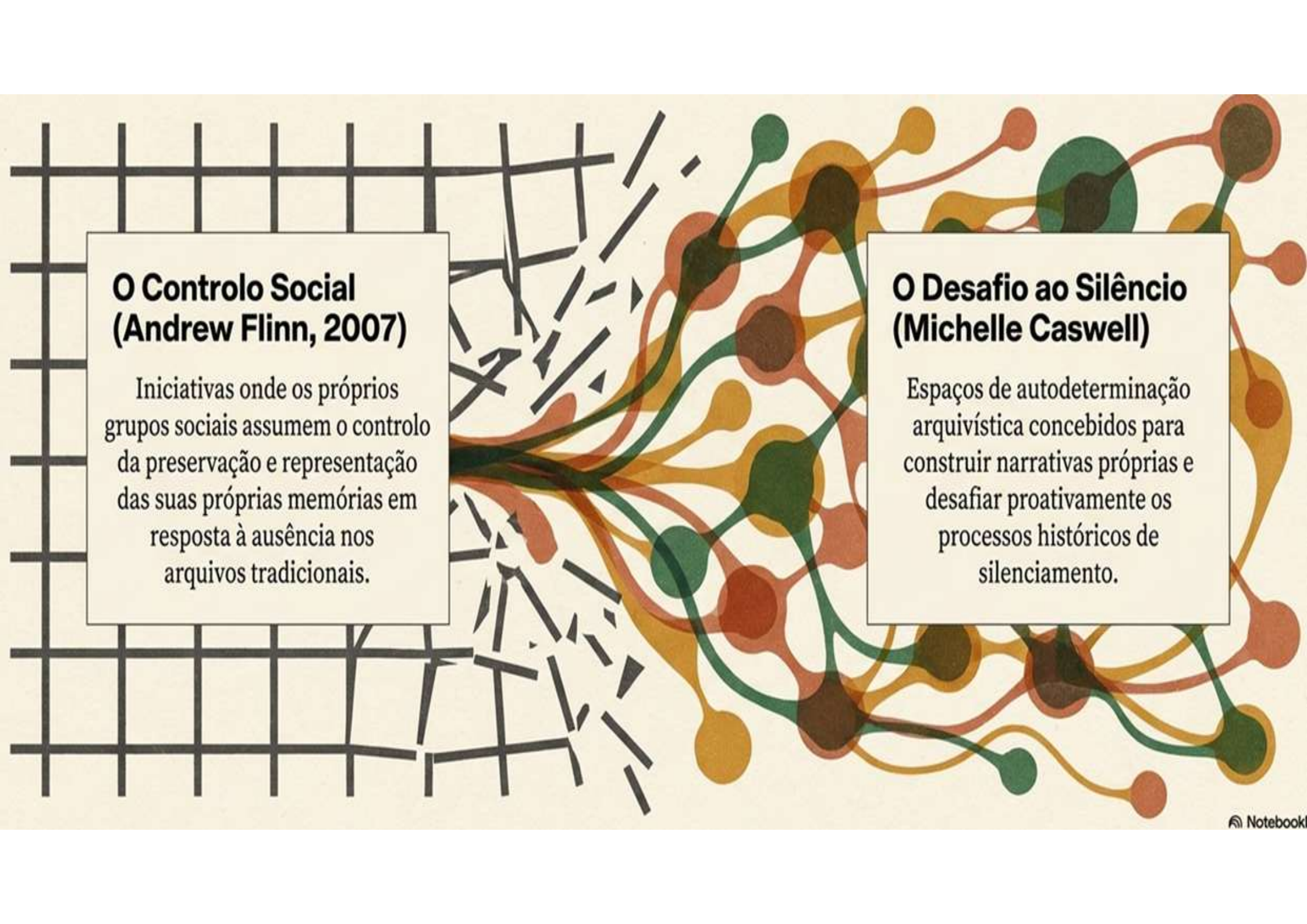
Constituem um caminho para fazer ecoar histórias não contempladas pela história oficial.



Fortalecimento da Memória Nacional

A preservação destas vozes contribui diretamente para a memória coletiva da nação.





O Controlo Social (Andrew Flinn, 2007)

Iniciativas onde os próprios grupos sociais assumem o controlo da preservação e representação das suas próprias memórias em resposta à ausência nos arquivos tradicionais.

O Desafio ao Silêncio (Michelle Caswell)

Espaços de autodeterminação arquivística concebidos para construir narrativas próprias e desafiar proativamente os processos históricos de silenciamento.

O território deve ser compreendido como uma geografia viva de afetos

Afetos e Memória —
A dimensão simbólica
que confere significado e
identidade ao local.

Geografia Física — O
espaço cartográfico, solo
e infraestrutura.

**Práticas Culturais e
Relações Sociais —** As
interações, lutas e formas
de convivência que
habitam o espaço.

O Território Vivo (Milton Santos).
O território vai muito além da geografia
física. É um espaço vivo, produzido
continuamente por quem o habita.

Arquivos Comunitários: Memória, Território e Justiça Social

O Arquivo como Espaço de Poder e Resistência



A Inexistência de Neutralidade

Arquivar implica selecionar, o que inevitavelmente inclui certas vozes e exclui outras narrativas.

Justiça Cognitiva e Epistemicídio

A preservação de saberes subalternizados combate a desqualificação histórica de conhecimentos não-hegemônicos.

Autodeterminação Arquivística

Comunidades assumem o controle da sua própria história para desafiar processos de silenciamento.

Territórios Plurais e Identidade

Território como Espaço Vivo

O território vai além da geografia; é produzido por relações, afetos e memórias.

Vínculos de Pertença

Os arquivos comunitários reconstruem a continuidade cultural e fortalecem a identidade coletiva.

Povos Indígenas
Saberes tradicionais, cosmologias e a luta pela terra.

Movimentos Sociais
Lutas por direitos e visibilidade (LGBTQIA+ e Feministas).

Comunidades Quilombolas
Preservação da ancestralidade e resistência ao apagamento.

A ancestralidade e a terra definem regimes de memória específicos



Comunidades Negras e Quilombolas

Foco Documental: Preservação da ancestralidade e da história de resistência contra o apagamento estrutural e o escravismo.



Povos Indígenas

Foco Documental: Registro rigoroso de cosmologias, saberes tradicionais da natureza e o mapeamento da luta ininterrupta pela demarcação de terras.



Comunidades de Terreiro

Foco Documental: Salvaguarda de memórias sagradas e transmissão de práticas culturais e religiosas de matriz africana.

A Reconstrução de Vínculos e a Memória Coletiva

Insight Bastian

O arquivo reconstrói laços de pertença. Permite que comunidades dispersas ou historicamente fragmentadas reencontrem a sua continuidade cultural.



Insight Halbwachs

A memória nunca é puramente individual; é uma materialização de experiências partilhadas no interior das relações sociais. Lembramos sempre a partir dos grupos a que pertencemos.

O arquivo comunitário não guarda apenas papel; guarda as trajetórias de luta e os valores culturais.

Justiça Arquivística e a Resistência ao Esquecimento

"A Arquivologia deve comprometer-se com a pluralidade. O arquivo passa de um simples instrumento administrativo a um espaço ativo de disputa, negociação e redução de desigualdades de representação."

Equidade

1

Resistir à
Marginalização

2

Reduzir
Desigualdades
Narrativas

3

Ampliar o
Acesso Social

A gestão comunitária exige navegar tensões éticas e desafios infraestruturais



Infraestrutura e Recursos

Escassez de financiamento contínuo, falta de espaços físicos adequados e a complexidade onerosa da preservação digital.



Validação e Reconhecimento

A ausência de apoio ou legitimação por parte das instituições arquivísticas e governamentais tradicionais.



Acesso e Ética

A complexidade de gerir conhecimentos restritos ou sagrados: quem tem o direito de aceder aos documentos acerçritos documentos internos da comunidade?



Risco de Apropriação

O perigo constante de captura, cooptação académica ou exploração externa das memórias comunitárias por agentes externos.

Exige uma **Arquivologia de relações de confiança e diálogo**, não apenas de aplicação técnica (Verne Harris).

O compromisso incontornável com uma Arquivologia plural e inclusiva

Existem memórias plurais em territórios plurais. Reconhecer essas memórias é admitir que não existe uma única verdade legítima de recordar. O passado deve dialogar com o presente para projetar futuros possíveis e democráticos.

**A leitura do mundo precede
a leitura da palavra.**

— Paulo Freire

REFERÊNCIAS

CASWELL, Michelle. Toward a Survivor-Centered Approach to Records Documenting Human Rights Abuse: Lessons from Community Archives. *Archival Science*, v. 14, n. 3-4, p. 307–322, 2014. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/73f5s7sr> Acesso em: 03 jun 2026.

CASWELL, Michelle. *Community Archives, Community Spaces: Heritage, Memory and Identity*. London: Facet Publishing, 2017.

DERRIDA, J. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FLINN, Andrew. Community Histories, Community Archives: Some Opportunities and Challenges. *Journal of the Society of Archivists*. V. 28, N. 2, October 2007, p. 151 – 176. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00379810701611936?scroll=top&needAccess=true> Acesso em: 03 jun 2026.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GILLILAND, Anne. Neutrality, Social Justice and the Obligations of Archival Education and Educators in the Twenty-first Century. *Archival Science*, v. 11, n. 3-4, p. 193–209, 2011. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-011-9147-0> Acesso em: 03 jun 2026.

GILLILAND, Anne; FLINN, Andrew. Community Archives: What are we really talking about? In: CIRN Prato Community Informatics Conference, 2013. Disponível em: https://www.monash.edu/__data/assets/pdf_file/0007/920626/gilliland_flinn_keynote.pdf. Acesso em: 21 jun. 2025.

OBRIGADA!!!
acccordula@gmail.com



GEPAMER

